



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

---

**ACTA NÚMERO 20/XI/1ª**

**09.Fevereiro.2010**

Aos 09 dias do mês de Fevereiro de 2010, pelas 10:00 horas, reuniu, na Sala 5 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Educação e Ciência, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação da acta da reunião anterior**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Proposta de Lei nº 08/XI/1ª – Grandes Opções do Plano – Principais Linhas de Acção para 2010-2013**

- **Apreciação e votação do Parecer**
- **Deputada Relatora:** Margarida Almeida – PSD

**5. Proposta de Lei nº 09/XI/1ª – Orçamento do Estado para 2010**

- **Apreciação e votação do Parecer**
- **Deputada Relatora:** Margarida Almeida – PSD

**6. Petição nº 14/XI/1ª da Iniciativa de Rui Santos “Pela Verdade Desportiva” - 11h00**

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado Relator:** João Sequeira – PS

**7. Outros Assuntos**

**8. Data da próxima reunião**

Dia 09.Fevereiro.2010 – 15h00

.....

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A proposta de ordem do dia foi aprovada por unanimidade, verificando-se a ausência do PEV.

## **2. Aprovação da acta da reunião anterior**

A acta da reunião anterior foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do PEV.

## **3. Comunicações do Presidente**

- 3.1.** O Senhor Presidente comunicou que a Comissão de Orçamento e Finanças remeteu à Comissão uma grelha de tempos para as audições sectoriais dos membros do Governo, no âmbito do Orçamento do Estado para 2010.

Tendo-se verificado que a grelha não integra a indicação da intervenção do PEV e que o tempo total da mesma (03h30) ultrapassa o tempo destinado a cada uma das audições (02h30), foi decidido solicitar ao Presidente da COF orientações sobre esta questão.

- 3.2.** O Senhor Presidente lembrou ainda que a designação dos deputados para as sessões distritais/regionais do Parlamento do Jovens deverá estar concluída até ao dia 15 de Fevereiro.

- 3.3.** No que se refere ao Café de Ciência, agendado para o próximo dia 17 de Março, na Biblioteca da Assembleia da República, e não se registando quaisquer propostas ou objecções em relação às entidades a convidar, foi decidido remeter à Ciência Viva a lista apresentada na anterior reunião.

- 3.4.** Foi distribuído o relatório de regulamentação das leis aprovadas na área da Comissão de Educação, no qual constam já algumas indicações do MAP e do Ministério da Educação, em relação às leis não regulamentadas.

Aguardam-se mais indicações e conferência dos serviços, estando a apreciação da matéria agendada para a reunião da Conferência de Presidentes do início de Março.

## **4. Proposta de Lei nº 08/XI/1ª – Grandes Opções do Plano – Principais Linhas de Acção para 2010-2013**

A Senhora Deputada Margarida Almeida (PSD) apresentou o parecer.

Na sequência da intervenção da Senhora Deputada Ana Drago (BE), foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

A apreciação e votação do parecer encontram-se gravadas em registo áudio.

#### **5. Proposta de Lei nº 09/XI/1ª – Orçamento do Estado para 2010**

A Senhora Deputada Margarida Almeida (PSD) apresentou o parecer.

Na sequência da intervenção da Senhora Deputada Ana Drago (BE), foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

A apreciação e votação do parecer encontram-se gravadas em registo áudio.

#### **6. Petição nº 14/XI/1ª da Iniciativa de Rui Santos “Pela Verdade Desportiva”**

Procedeu-se à audição dos peticionários – Srs. Rui Santos, António Simões, João Carvalho, Pedro Gomes e Fernando Seara, tendo a mesma sido gravada em registo áudio.

O Sr. Rui Santos iniciou a sua intervenção fazendo referência a diversas datas marcantes na história daquela que é, actualmente, a modalidade desportiva mais popular do globo, concluindo que o futebol se transformou numa indústria poderosa e complexa, que envolve milhões de pessoas e de euros, à qual não é alheia o papel do Estado.

Salientou ainda que não é admissível a tolerância perante os atropelos à verdade desportiva, cabendo ao Estado adoptar medidas tendentes a prevenir e a punir as manifestações antidesportivas, como consta do artº 40 da Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto.

Acrescentou ainda que os bons resultados conseguidos através da “soberania de reiteradas irregularidades” não conduzem à consagração do princípio da ética e da verdade desportivas, pelo que entende que a introdução de novas tecnologias e a sua optimização são inevitáveis, por constituírem meios poderosos de apoio aos árbitros, no sentido de serem tomadas as melhores decisões.

Considerou ainda que o futebol constitui um sector que precisa do mesmo grau de regulação que se exige a outros segmentos da sociedade.

Concluiu, reafirmando que o que se pretende com esta Petição é apenas a verdade, visto ser possível, em muitos casos, eliminar o erro, a aleatoriedade e a injustiça, e o Estado, não apenas por causa dos dinheiros públicos, mas também em razão do estatuto de utilidade pública concedido às federações e aos clubes, não pode ficar alheio. “O Futebol não pode ficar à porta do País nem o País à porta do Futebol”, concluiu.

Intervieram os Senhores Deputados Amadeu Albergaria e Emídio Guerreiro (PSD), Artur Rego (CDS-PP), José Gusmão (BE), Miguel Tiago (PCP) e Luísa Santos (PS), que colocaram questões aos peticionários e manifestaram as posições dos respectivos Grupos Parlamentares.

Nesta sequência, o Sr. Rui Santos reconheceu que a autonomia do movimento associativo deve ser preservada, defendendo, todavia, a necessidade de regulação quando o sistema não funciona, competindo ao poder político fazer pressão e não deixar o ónus da decisão às instituições. Referiu ainda que o País espera dos políticos a protecção e defesa dos valores inalienáveis, porque é a imagem de Portugal que está em causa.

Considerou, por último, que a Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto não se encontra actualizada em relação às exigências do desporto profissional, e do futebol em concreto. Lembrou, por outro lado, que a ditadura das instâncias internacionais não nos pode conter, nem impedir de dar um passo no sentido de alterar as regras inadequadas e injustas.

O Sr. Fernando Seara chamou a atenção para o facto de se pretender, com esta Petição, a ponderação, em sede do Parlamento português, de um projecto de resolução que compatibilize a urgência da transparência das modalidades desportivas com a introdução de meios tecnológicos. Referiu ainda que a autonomia das associações desportivas não será posta em causa e que a introdução de meios tecnológicos no futebol é inevitável, à semelhança, aliás, do que já aconteceu com outras modalidades, como o ténis, o rugby, entre outras, que sentiram necessidade dessa mudança.

O Sr. Pedro Gomes lembrou ainda que falar de verdade desportiva não significa apenas a introdução de novos meios, havendo necessidade de resolver casos de corrupção e fazer cumprir leis e regulamentos que não funcionam.

Considerou ainda que não deve existir ingerência nas instituições autónomas, mas a transparência no desporto deve constituir uma das preocupações das instituições internacionais, sendo o futebol um dos desportos que menos evoluiu, continuando os erros a prejudicar as equipas.

O Sr. António Simões fez uma alusão à mentalidade geral dos clubes, que mais do que ganhar aos adversários, procuram esmagá-los, sem olhar a meios, pelo que considerou a introdução de meios tecnológicos um passo importante, que corresponde a uma vontade séria de mudar e de valorizar um golo que se marca.

O Sr. João Carvalho considerou que a aprovação, na Assembleia da República, de um projecto de resolução sobre esta questão constituiria um sinal muito positivo e colocaria Portugal na linha da frente.

Por último, interveio o Senhor Deputado João Sequeira, enquanto relator da Petição, que fez uma breve síntese das diversas intervenções.

## **7. Outros Assuntos**

Não se registaram outros assuntos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA**

---

**8. Data da próxima reunião**

Dia 09.Fevereiro.2010 – 15h00

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

Palácio de São Bento, 09 de Fevereiro de 2010

O Presidente

Luiz Fagundes Duarte

Acta aprovada na reunião de 19 de Fevereiro de 2010



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

---

**FOLHA DE PRESENÇAS**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria  
Ana Drago  
Emídio Guerreiro  
João Prata  
João Sequeira  
José Ferreira Gomes  
José Manuel Rodrigues  
Luiz Fagundes Duarte  
Manuela de Melo  
Margarida Almeida  
Michael Seufert  
Miguel Tiago  
Raquel Coelho  
Rosalina Martins  
Sofia Cabral  
Teresa Damásio  
Vânia Jesus  
Artur Rêgo  
José de Bianchi  
Maria Luísa Santos  
Paulo Barradas  
Paulo Cavaleiro  
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Bravo Nico  
Manuel Mota  
Nuno Araújo  
Paula Barros  
Pedro Rodrigues

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia